



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

ORIGEM	: VARA DO TRABALHO DE ALTA FLORESTA
RELATOR	: JUIZ CONVOCADO PAULO BRESCOVICI
REVISOR	: DESEMBARGADOR TARCÍSIO VALENTE
1º RECORRENTE	: <b>Fazenda Shallon (Rep. por Luis Olavo Sabino dos Santos).</b>
Advogados	: Viviane Lima e outro(s).
2º RECORRENTE	: <b>Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região.</b>
RECORRIDO	: <b>Os mesmos.</b>

**EMENTA**

**DANO MORAL. SUBMISSÃO DE EMPREGADOS A CONDIÇÕES DE TRABALHO DEGRADANTE. SOLIDARISMO CONSTITUCIONAL QUE IMPÕE A OBSERVÂNCIA DE PRECEITOS COMO O DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. "QUANTUM" ARBITRADO. PARÂMETROS DA TEORIA DO DESESTÍMULO. A submissão de trabalhadores a condições degradantes de trabalho, em total infringência aos preceitos constitucionais e infraconstitucionais, tais como a inobservância de regras insertas na NR 31 do Ministério do Trabalho e Emprego. Tal conduta deve ser punida por este ramo do Judiciário, levando-se em conta todo o instrumental jurídico relativo à prevenção e reparação dos danos eventualmente havidos, inclusive a punição exemplar, em observância à teoria do desestímulo e a repercussão geral do dano moral coletivo, a qual deve servir de parâmetro para a garantia da observância das normas protetivas à dignidade da pessoa humana, dos direitos e garantias fundamentais do cidadão e da relação de trabalho.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas.

**RELATÓRIO**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

A Excelentíssima Juíza do Trabalho **Tatiana de Oliveira Pitombo**, titular da egrégia Vara do Trabalho de Alta Floresta/MT, proferiu a sentença de fls. 395/404, cujo relatório adoto, por meio da qual julgou procedente em parte os pedidos formulados na inicial da Ação Civil Pública, condenando a requerida a pagar danos morais coletivos no importe de R\$ 50.000,00; danos morais individuais aos trabalhadores que moravam em barracos de lona no valor de R\$ 5.000,00; reconheceu que o vínculo jurídico de emprego havido entre as partes era de emprego e condenou a reclamada a proceder as anotações na CTPS dos trabalhadores, bem assim o pagamento de verbas decorrentes de tal modalidade contratual e entrega das guias do seguro-desemprego.

Foram opostos embargos de declaração (fls. 413/415), os quais foram conhecidos e acolhidos para prestar esclarecimentos (fls. 442/443).

A requerida interpôs o recurso ordinário (fls. 417/431). Alega em síntese impedimento das testemunhas que prestaram depoimento por serem sujeitos materiais da ACP, de forma a não ter o autor da ação se desincumbido do seu encargo processual. Pugna pela reforma da decisão para ser declarada a modalidade contratual de empreitada, não de emprego, bem assim no atinente ao dano moral individual e coletivo, considerando excessivo o montante fixado.

O autor da ação também recorre ordinariamente. Alega que a declaração de ocorrência de trabalho degradante não deve cingir-se aos trabalhadores que residiam em barracos de lona, mas a todos os trabalhadores que se ativavam em condições tais. Pugna pela reforma da decisão também no tocante ao deferimento das verbas rescisórias e indenizatórias, de tal sorte a abarcar a multa do FGTS, porquanto houve rescisão indireta dos contratos de emprego. Por fim pugna pela declaração da ocorrência do *truck sistem*, razão pela qual pretende ver reembolsados os valores descontados indevidamente dos salários dos empregados, bem assim a condenação em horas extras e consectários legais.

Foram apresentadas contra-razões (fls. 492/499 e 505/514).

É, em síntese, o relatório.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

## **VOTO**

### **ADMISSIBILIDADE**

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos recursos ordinários, bem assim das contra-razões.

## **MÉRITO**

### **RECURSO ORDINÁRIO DA REQUERIDA**

#### **IMPEDIMENTO DAS TESTEMUNHAS**

A recorrente alega que a decisão revisanda pautou-se em depoimentos de testemunhas que são os próprios sujeitos materiais da Ação Civil Pública, fato que as tornam impedidas e, por via de arrastamento, o autor da ação não teria se desvencilhado do seu encargo probatório no que tange aos fatos constitutivos do direito alegado, motivo pelo qual pugna pela reforma do comando jurisdicional com a improcedência dos pedidos deduzidos na inicial.

Razão não lhe assiste.

É indene de dúvida o fato de a presente Ação Civil Pública versar sobre direitos individuais homogêneos. Assim, considerado o objeto da matéria suscitada e discutida, conclui-se pela existência de interesse público primário de forma que não se podem aplicar as mesmas regras da distribuição do ônus probatório próprias das ações onde o bem da vida está ligado aos direitos individuais homogêneos.

A propósito da temática distribuição do ônus da prova, merece ser trazido à balha o ensinamento de Pontes de Miranda, em seus Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo IV, 3ª edição, Forense, p. 270 a 274, o qual se encontra assim vazado:

“1. Ônus da prova - A *incerteza* a respeito de fato jurídico, no mais amplo sentido, ou é, *em sua causa*,



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

subjetiva, ou é objetiva. A incerteza quanto ao suporte fático, inclusive quanto a negócio jurídico que nele esteja como elemento-fato (e somente assim pode lá estar), não é necessariamente objetiva: pode ser subjetiva, porque a pessoa, que se acha em incerteza, não tem informes suficientes sobre o suporte fático. Quanto à regra jurídica, que há, ou não há, de decidir, a incerteza pode provir de insuficiência de intérprete (e.g., superficial conhecimento do direito), ou de defeito de termos, proposições, remissões, omissões, ou outra qualidade negativa de expressão da regra jurídica. Se a incerteza, em si mesma, somente pode ser subjetiva. Toda incerteza está em que alguém não se considera certo, suficientemente informado, sobre algum fato, inclusive sobre regras jurídicas. A incerteza é que recai sobre a regra jurídica, ou sobre o suporte fático, *devido* ( a causa subjetiva ou a causa objetiva) à deficiência do sujeito, que examina aquela, ou essa, ou à expressão do fato mesmo que entrou no suporte fático (e.g., sobre a suficiência ou deficiência desse, ou à expressão da regra jurídica). O que, lá fora, é, independe de ter sido mal expresso, ou de não estarmos a par do seu conteúdo; de modo que a incerteza, em si mesma, ocorre no sujeito. A esse *princípio da subjetividade de toda incerteza* atendem regras jurídicas como o princípio *lura novit curia*.

O ônus vai ao que alega, ainda quando alegue fato, modificação, ou extinção, juridicização, ou saída do mundo jurídico, insuficiência ou deficiência do suporte fático. A transcrição e outros fatos registrários, a posse e o decurso de tempo, uma vez alegados, têm de ser provados. Provado um deles, o ônus de alegar e o de provar que não tem validade, ou eficácia, já se passam ao que tem interesse em alegar e provar, porque ocorreu no plano da *validade* ou da *eficácia* que é outro que o da *existência*. Por onde se vê que as regras jurídicas sobre o ônus da prova têm com a incerteza dos suportes fáticos ou das regras jurídicas: são regras jurídicas que supõem *princípio da subjetividade de toda incerteza*; e procuram obviar a divergência entre pessoas que “apreciam” o mesmo fato. Só a respeito da regra jurídica é que se mantém



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

incólume a toda a dúvida o princípio da existência:  
*Iura novit curia.*

O ônus da prova é objetivo, não subjetivo. Como partes, sujeitos da relação jurídica processual, todos os figurantes hão de provar, inclusive quanto as negações. Uma vez que todos têm de provar, não há discriminação subjetiva do ônus da prova. O ônus da prova, objetivo, regula consequência de se não haver produzido prova. Em verdade, as regras sobre consequências da falta da prova exumem a teoria do ônus da prova. Se falta prova, é que se tem de pensar em se determinar a quem se carga a prova. O problema da carga do ônus da prova é, portanto, o de terminar-se a quem vão as consequências de se não haver provado; ao que afirmou a existência do fato jurídico (e foi, na demanda, o autor), ou a quem contra-afirmou (=negou ou afirmou algo que exclui a validade ou eficácia do fato jurídico afirmado), seja o outro interessado, ou, na demanda, o réu. Enquanto alguém se diz credor, e não no prova, não pode esperar que se trate como credor. Por isso, intentada a demanda, se o autor afirma a existência de algum fato jurídico (= a juridicidade de algum fato = a entrada, antes ou agora, de algum fato no mundo jurídico), e não no prova, até precluir o tempo em que poderia provar, a consequência é contra ele: *Actore non probante reus absolvitur*. Se o adverso afirmou, por sua vez, que houve deficiência no suporte fáctico (=entrou no mundo jurídico com a falta de algum elemento ou presença de elemento que vicia o ato jurídico = entrou nula ou anulavelmente), e o afirmante provou a existência, a prova do afirmante está de pé e a falta de prova pelo adverso importa em que a consequência seja contra ele; *ex hypothesi*, o ato jurídico existe, e não se tem por nulo ou anulável. Dá-se o mesmo se o adverso afirma que o fato jurídico não teve e não tem eficácia, ou a teve e não a tem mais, ou ainda não na tem. Quanto à contra-afirmação, que diz respeito à existência, ou ao adverso afirma, em contrário ao que se afirmou, não ser verdade ter existido, ou não ser verdade que ainda exista (contra-afirmação de fato extintivo *lato sensu*,



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

e.g., de ter terminado, ou cessado, de resolução, resilição, rescisão, etc.). As exceções entram nas afirmações contra a eficácia: *Reus in excipiendo fit actor*, porque contra a eficácia e se lhe carrega, portanto, o ônus da prova. Se o que afirmou primeiro não repele a afirmação do adverso, mas afirma, a seu turno, fato positivo ou negativo, como que se excluiria a validade ou a eficácia do que o adverso afirmou, se provado fosse -, a prova desse fato, positivo, ou negativo, lhe incumbe.

a) Compreende-se que ao autor caiba provar o que constituiu o seu direito, porque o direito é efeito da incidência de regra jurídica, que levou à relação jurídica entre o autor e o réu, ou entre o autor e qualquer pessoa, por ser real e não pessoal o seu direito. Não só o ato jurídico ou ato-fato jurídico, ou, a *fortiori*, o negócio jurídico pode ser fonte do direito. Nem só o ato ilícito. O fato jurídico pode ensejar a relação jurídica, como também o fato ilícito.

Quem afirma que alguém nasceu com vida e daí lhe surge direito, quem diz que alguém está vivo, ou louco, ou surdo-mudo, ou cego, e aí, nasceu o seu direito, ou que está viúvo, ou alguém está ausente, ou é seu parente, ou morreu, e isso é base para o direito que quer exercer perante a Justiça, tem de provar o fato jurídico *stricto sensu*. E o mesmo ocorre se alega, na ação, adjunção, mistura, confusão de bem, ou aquisição da propriedade pela percepção ou pendência dos frutos. Quem diz que retirou os móveis que se achavam no prédio locado, tem o ônus da prova. Temos, aí, *atos jurídicos em sentido estrito*.

b) Quem, na ação, diz que o réu faz mau uso da propriedade, ou que tomou a posse com violação da posse do autor, ou que o réu se fez gestor de negócios do autor contra a sua vontade presumida ou manifestada, ou que no trato de negócios agiu de má-fé (e.g., recusou-se a assinar a escritura pública), tem o ônus da prova. Aí, há *ato-fato ilícito*.

c) Se o autor argúi que o réu lhe causou danos, com a prática de ato ilícito, como a queima das plantações, ou a morte de animais, ou ofensa física ao autor, há





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

ato ilícito em senso estrito e o ônus da prova cabe ao autor.

d) Quanto aos *atos-fatos jurídicos* ( tradição da posse, tomada de posse, ocupação, especificação, feitura de livro, quadro ou estátua, ou descoberta científica, residência, invenção, abandono da propriedade imobiliária, imposição de nome ou pseudônimo, pagamento), qualquer das afirmações leva ao ônus da prova.

e) Se o autor diz qual é o seu domicílio, ou de outrem, ou que ele ou outrem exerce gestão de negócios sem mandato, ou que restituiu o penhor ou alguém o restituiu, ou que houve perdão, ou que houve quitação, seja por ele, seja por outrem, toca-lhe o ônus da prova. Todas essas espécies são de *atos jurídicos em sentido estrito*.

f) Finalmente, quem diz que denuncia, seja cheia ou vazia a denúncia, quem autorizou ou assistiu a ato de outrem, ou que transmitiu posse sem ser *ex lege*, ou por tradição, ou que houve derrelição ou constituto possessório, ou renúncia da propriedade imóvel, ou cessão de pretensão (*sessio actionis*), ou que houve promessa unilateral ou contrato ou qualquer outra espécie de negócio jurídico, tem de provar a afirmativa quanto ao *negócio jurídico*.

Sempre a afirmação foi do réu, a ele se impõe o ônus da prova, pois, aí, a prova lhe incumbe, quer se trate de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. O código fez bem em empregar a expressão "fato", porque isso abrange todas as espécies de fatos jurídicos (fatos jurídicos *stricto sensu*, fato jurídico, atos jurídicos *stricto sensu* e negócios jurídicos).

Se o réu alega preclusão, prescrição, transação, ou qualquer outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, a ele é que incumbe a prova.

A extintividade a que se refere o art. 333, II, é a do direito, a da pretensão e da ação, de modo que se vai até a extinção da eficácia, como se dá a prescrição, que apenas aí ocorre.

Além das espécies concernentes ao direito material, há as expeditivas, modificativas e impeditivas do



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

direito processual. Pense-se nas decretações de nulidade de atos processuais, cujas alegações estão sujeitas à regra jurídica do art. 245, onde se estabelece que a nulidade dos atos processuais tem de ser alegada na primeira oportunidade em que cabe à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, salvo se se trata de nulidade decretável de ofício, ou se a parte foi impedida de fazê-lo, de acordo com a lei ("legítimo impedimento", art. 245, parágrafo único), Cf. arts. 245-250 e 302.

2. Ônus da prova, quanto ao autor - Ao autor, quanto a tudo que alegou na petição inicial concernente ai seu direito, cabe o ônus da prova, ou se, promovendo, nova citação do réu direito, cabe o ônus da prova, ou se, promovendo, nova citação do réu revel, alterou o pedido, ou a causa de pedir (art. 321). Se ocorre o que se supõe no art. 326, apenas se lhe faculta a produção de prova documental, pois o ônus da prova de alegações de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos toca ao réu.

3. Ônus da prova, quanto ao réu - se o réu reconheceu o fato de que derivou todo o direito ou parte do direito, ou algum dos direitos do autor, mas alega que houve causa impeditiva, modificativa ou extintiva, o ônus da prova é dele. O autor tem apenas a faculdade de produzir, contra o demandado, prova documental. (art. 326).

4. Convenção sobre prova - a regra jurídica do art. 333, parágrafo único, é heterotópica, pois se refere a elementos probatórios de direito material. Apenas se traçaram dois limites a tal acordo entre figurantes de algum negócio jurídico com a previsão de algum dia se iniciar alguma ação. Se o direito do figurante é indispensável, compreende-se que não permita negócio jurídico em que se restrinja a prova; outrossim, se tornaria excessiva a dificuldade do exercício do direito. O direito público ou o direito privado, civil ou comercial, pode exigir instrumento público e os próprios contraentes podem estabelecer que somente alienará algum bem móvel ou semoventes, se a prova do depósito em pagamento





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9

foi em determinado banco, ou que só recebe cheque visado”.

Contudo, nas ações coletivas o que se vê é a relevância dos procedimentos de investigação a cargo do Ministério Público em geral, e do Ministério Público do Trabalho em particular, dentre os quais o Inquérito Civil Público considerado função institucional imanente do “Parquet”, tal qual prevê o art. 129, III, da CRFB, bem assim o art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, de forma a considerar públicos todos os documentos produzidos e integrantes do acervo probatório, nos expressos termos do art. 212 do CC e arts. 332 e 364 do CPC.

Assim sendo, indene de dúvida a ocorrência de um deslocamento do encargo probatório de uma para a outra parte, passando a ser da requerida o dever de desconstituição do acervo probatório apresentado com a inicial da Ação Civil Pública e decorrente dos procedimentos investigatórios havidos.

Nessa linha de raciocínio merece destaque a lição de Xisto Tiago de Medeiros Neto, “*verbis*”:

“É na disposição do artigo 6º, VIII, do Código de defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) que se identifica o fundamento jurídico para se conceber **a inversão do ônus da prova no processo coletivo**. A norma em foco prevê como direito básico do consumidor “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência”.

Argumenta-se, porém, em contrário à aplicação do referido preceito a outras áreas que não a das demandas decorrentes das relações individuais de consumo, que a sua posição, no corpo do CDC, integrante do Título I (Dos Direitos do Consumidor) e inserido no Capítulo II (Dos Direitos Básicos do Consumidor), seria suficiente para obstar a sua incidência no âmbito do processo coletivo em geral, uma vez que o artigo 117 do próprio CDC, ao acrescentar o art. 21 à Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85), literalmente circunscreve a aplicação às demais ações coletivas apenas dos dispositivos



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

constantes do Título III (Da Defesa do Consumidor em Juízo), que abrange os artigos 81 a 104. Considerando que o indigitado artigo 6º, VIII, do CDC, não se localiza no Título III do CDC, estaria excluída, assim, a possibilidade de sua incidência às demandas coletivas - inclusive as da órbita trabalhista.

Essa posição restritiva deve ser rechaçada, pois, aferrada ao critério puramente gramatical, não resiste a uma interpretação que se baseia numa perspectiva sistemático-teleológica. É que o artigo 6º, VIII, do CDC, traduz-se em preceito tipicamente processual, não constituindo direito material do consumidor. O legislador, ao distanciar a referida regra do *locus* das demais de idêntica natureza instrumental (Título III), não teve o condão de desnaturar o seu verdadeiro caráter. É inconcebível, afinal, que seja definida ou alterada a natureza de uma regra jurídica a partir da simples observação do seu posicionamento (local de inserção) em um diploma legal.

E se o propósito adotado por esse mesmo legislador, estampado na fórmula de integração do sistema processual de tutela coletiva (normas da Lei da ação civil pública/normas processuais do Código de Defesa do Consumidor), era harmonizar e dar unidade a esse ordenamento especial, tem-se como admissível a aplicação do disposto daquele artigo 6º, VIII, do CDC, a todas as ações coletivas, e não apenas àquelas jungidas ao universo dos direitos do consumidor.

(...)

É importante frisar que a regra de inversão do ônus da prova inspira-se em duas evidências: a primeira, a relevância social e a necessidade imperiosa de proteção do direito material cuja tutela se almeja; a segunda, a posição de vulnerabilidade de uma parte (a que titulariza o direito substancial), circunstância geradora de desigualdade na atuação processual. E os requisitos legais fixados para o fim de possibilitar a sua adoção, a partir de tais pontos são a identificação da verossimilhança da alegação da parte ou, alternativamente, a sua hipossuficiência (art. 6º, III, do CDC).



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

Pode-se dizer, assim, que, no campo das demandas coletivas trabalhistas, de maneira clara se identificam essas premissas, abrindo-se espaço para o juiz, de acordo com a natureza e as circunstâncias presentes nesses litígios, valer-se da regra de inversão do *ônus probandi*, quando do julgamento da causa, com fundamento no artigo 6º, VIII, do CDC, aplicável ao processo labora por força da integração do sistema de tutela jurisdicional coletiva.

A possibilidade de utilização dessa regra de julgamento nas ações coletivas trabalhistas ganha relevo indiscutível nas questões em que se discutem temas cuja demonstração documental, testemunhal ou pericial, em favor da coletividade titular do direito, é de difícil consecução, o que autoriza, justificadamente, considerar o magistrado a norma de inversão do *ônus probatório*. É o caso, por exemplo, de situações pertinentes às seguintes práticas:

- a) discriminação a grupos de trabalhadores (por motivo de raça, sexo, idade, tempo de serviço, opção religiosa, estado de saúde, condição física ou mental, etc.);
- b) fraudes (terceirização ilícita por meio de cooperativas; desvirtuamento do estágio profissional ou do contrato de aprendizagem; assinatura de documentos em branco; sonegação de horas ou manipulação escusa dos registros de jornada de trabalho; omissão deliberada no envio da comunicação de acidente de trabalho, etc.);
- c) abuso e assédio (profissional, moral e sexual);
- d) ofensa à privacidade e a intimidade;
- e) negligência quanto ao meio ambiente de trabalho”.

(Ação coletiva na visão de juízes e procuradores do trabalho/José Hortêncio Ribeiro Júnior ... [et al.], organizadores. - São Paulo : LTr, 2006, p. 287/289)

Ainda que assim não fosse e não se concluísse pela incidência da distribuição dinâmica do *ônus* da prova, o caso presente assume contornos próprios. Houve prévia celebração de Termo de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

Compromisso e Ajustamento de Conduta em 14.12.2006 (fls. 57/65), no qual o autor e a requerida estipularam um sem número de condições adjetas aos contratos de trabalho firmados com os trabalhadores desta, dentre as quais destacam-se as obrigações de não fazer constantes do rol da cláusula segunda (itens 2.1 até 2.41; fls. 57/62).

Sobreditas obrigações dão conta da inobservância de regras insertas na NR 31 do Ministério do Trabalho e Emprego, o que, por si só, é suficiente para comprovar as irregularidades perpetradas pela requerida e denunciadas na inicial da presente ação, ante a convergência de alegações entre a prova documental e a prova testemunhal produzida.

Mesmo que referido Termo de Ajuste de Conduta não tenha dado azo à proposição da execução das obrigações ali assumidas, por tratar-se de título executivo extrajudicial (art. 876, "caput", da CLT), o certo é que somente prova idônea e inequívoca tem o condão de infirmar o seu conteúdo, o que inocorreu na hipótese dos autos.

Ademais, impende gizar que o objeto da presente ação diversa daquele contido nas disposições do Termo de Ajuste de Conduta, porquanto é mais amplo e abrange obrigações não contidas neste, resultando, daí, a possibilidade do manejo da Ação Civil Pública em detrimento da execução do título extrajudicial.

E se assim o é, ainda que se conclua pela impossibilidade de atribuir aos depoimentos colhidos o valor de prova testemunhal, tal qual pretende a demandada, não menos certo é concluir que as informações trazidas pelos aludidos sujeitos materiais da presente ação são suficientes para corroborar a prova pré-constituída existente nos autos de processo, de forma a embasar os fatos narrados na inicial.

Nego provimento.

### **CONTRATO DE EMPREITADA**

Insurge-se a demandada contra o comando jurisdicional alegando merecer reforma no atinente ao reconhecimento de vínculo jurídico de emprego, porquanto a modalidade obrigacional assumida com os trabalhadores é de contrato de empreitada.

Razão lhe assiste em parte.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

Se é certo que a distribuição do encargo probatório nos presentes autos de processo deve ser analisada de forma diferenciada, tal qual mencionado anteriormente, não menos certo é que ressaí da prova testemunhal produzida pela requerida, em especial por meio dos depoimentos das testemunhas José Carlos Ferreira Lustoza e Osvaldir Colvero, bem assim do informante Valdir Aparecido Moreira (fls. 353/355), que as atividades desenvolvidas pelos sujeitos materiais da presente ação, em determinado momento, seguiram os requisitos do contrato de empreitada.

O contrato de empreitada é bilateral, oneroso, consensual, de execução única e, eventualmente, de duração.

No dizer de ORLANDO GOMES, “in” “CONTRATOS”, 10ª Ed., Forense, p. 333, o contrato de empreitada “(...) Cria para as duas partes obrigações recíprocas. A remuneração do empreiteiro depende da execução da obra que, por sua vez, é devida ao dono, se pago o preço ajustado. E, assim, ao direito de um contratante é correlata a obrigação do outro (...)”.

E arremata ao estabelecer e definir as obrigações do dono da obra, assim se manifesta, “*verbis*”:

“O dono da obra não tem apenas o direito de exigir do empreiteiro que a entregue, mas, também, o dever de aceitá-la, se possui as qualidades prometidas. Só lhe é dado enjeitá-la se o empreiteiro se afastou das instruções recebidas, não observou as regras técnicas de execução, ou a apresentou com vícios ou defeitos. Não a recebendo no tempo devido sem fundada razão, incorre, não só em mora accipiendi, mas, igualmente, em mora solvendi, na qual, aliás, o empreiteiro não pode se basear para demandar a resolução do contrato ou exigir indenização por inadimplemento porque o atraso na recepção não afeta a obrigação principal.

Deve o dono da obra pagar a remuneração estipulada no tempo previsto no contrato. Pode o pagamento fazer-se no ato da entrega da obra, ou antecipadamente. Na ausência da convenção, prevalece o da recepção. O pagamento é total ou parcelado, conforme determine o contrato. Realiza-se naturalmente sob a última forma quando a obra constar de partes singulares ou for das que se apuram por medição. Nada obsta, porém, a que



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

se convencie o contrário. Entregas parciais obrigam ao pagamento de cada parte recebida. Preço pago parceladamente contra entrega de parte singular faz presumir verificação. A distinção interessa principalmente no que diz respeito aos riscos”. (Ob. cit., p. 335).

No âmbito do Direito do Trabalho é dilucidativa a lição de Maurício Godinho Delgado:

“Contrato também regulado pela lei comum (art. 1.237 e seguintes do CCB/1916; art. 610 e seguintes do CCB/2002), a empreitada pode abranger apenas o fornecimento, pelo empreiteiro (pessoa física ou jurídica), do trabalho necessário à consecução da obra (empreitada de labor) ou o conjunto do trabalho e respectivo material.

Na empreitada, a figura contratual constrói-se vinculada à obra resultante do trabalho (*opus*), e não segundo o mero desenvolvimento de uma atividade. Em virtude dessa característica, a retribuição material ao trabalho empreiteiro faz-se por um critério de concentração da unidade de obra (valor da obra produzida) e não por um critério de referência à unidade de tempo (tempo despendido).

As diferenças entre o contrato de empreitada e o contrato empregatício são marcantes. Em primeiro lugar, há a distinção quanto ao objeto do pacto: é que na empreitada enfatiza-se a obra concretizada pelo serviço, ao passo que, no contrato de emprego, emerge relativa indeterminação no que tange ao resultado mesmo do serviço contratado. Embora o empregado esteja vinculada a uma função (isto é, um conjunto orgânico e coordenado de tarefas), receber distintas e intensas orientações ao longo da prestação laboral, que alteram o próprio resultado alcançado ao longo do tempo.

Essa diferença quanto ao objeto não é, contudo, essencial - embora seja comum e recorrente no cotidiano do mercado de trabalho. É que pode existir contrato empregatício cujo objeto seja a prestação de serviços vinculada a uma obra específica e determinada, efetuada, porém, com os elementos fático-jurídicos da relação de emprego (trabalho por pessoa física, com





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

pessoalidade, não-eventualidade, subordinação e onerosidade).

Em segundo lugar, surge o elemento diferenciador da pessoalidade. É comum que a empreitada seja pactuada sem cláusula de infungibilidade do prestador ao longo do contrato, substituindo-se esse prestador, reiteradamente, no transcorrer da concretização da obra. Caso não se evidencie a infungibilidade da pessoa física do empreiteiro, não se pode confundir a presente situação fático-jurídica com a relação de emprego, por falta do elemento pessoalidade.

Contudo, a diferenciação pela pessoalidade não é absoluta, dado que é viável a contratação de empreitada com pessoa natural em que a cláusula e a prática da pessoalidade sejam integrantes do contrato civil celebrado.

Nesse quadro, a diferença de caráter absoluto reside no binômio autonomia *versus* subordinação. Sendo autônoma a prestação contratada, isto é, preservando o empreiteiro a direção sobre a concretização cotidiana da obra pactuada, não se está perante o tipo legal do art. 3º, *caput*, da CLT, mas diante da figura civilista examinada. Realizando, contudo, o aparente empreiteiro a obra sob a incidência dos elementos fático-jurídicos da relação de emprego, inclusive com seus serviços cotidianamente dirigidos pelo tomador, passa a tipificar-se como empregado, descaracterizando-se o contrato civil". (Curso de Direito do Trabalho, 3ª ed., São Paulo: LTr, 2004, p. 585/586)

Contudo, dúvida não há. A demandada assumiu compromisso expresso de "Proceder em relação a todos os trabalhadores que laboram nas atividades normalmente desenvolvidas pela empresa na consecução de seus fins, em especial no serviço de desmatamento da floresta nativa, no plantio do capim e no roço de pastagens, o registro do contrato de trabalho na CTPS, de acordo com o art. 29 da CLT.", conforme estipulado na "**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER**", - fl. 58.

Partindo-se dessa premissa, cuja assunção de obrigações pela demandada não pode ser desconsiderada, certo é que para



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

todas as atividades descritas na supra transcrita cláusula, item 2.2., a contratação por meio de contrato de emprego é obrigatória.

A rigor a projeção dos seus efeitos se dá tão-somente para o futuro, a partir de 14.12.2006, em observância ao previsto na “**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**” (fl. 64). É dizer que as obrigações assumidas são exigíveis a partir da celebração do compromisso e que os eventuais danos e lesões aos direitos individuais dos trabalhadores havidos anteriormente à sua assinatura deverão ser postuladas por meio de ações outras que não a Ação Civil Coletiva, por refugir do seu objeto (Lei nº 7.347/85), porquanto prova hábil não há de sua incidência por elastério maior do que o aqui mencionado.

Dou parcial provimento para declarar que os efeitos da relação jurídica de emprego são exigíveis a partir de 14.12.2006, quando a reclamada obrigou-se a não mais contratar trabalhadores na qualidade de empreiteiros para executar serviços de roçada.

**RECURSO DO AUTOR DA AÇÃO**

**EXTENSÃO DA CONDENAÇÃO  
TUTELA ANTECIPATÓRIA  
VERBAS DEFERIDAS  
*TRUCK SISTEM*  
HORAS EXTRAS**

O autor da ação irresigna-se contra o comando jurisdicional. Pugna pela reforma da decisão para ver os efeitos do decisório estendidos a todos os trabalhadores submetidos a condições de trabalho degradante, principalmente o trabalhador Jair Caetano Andrade, o qual residia em uma baía de madeira onde eram depositados produtos químicos. Pugna também pela reforma da decisão no atinente ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela de mérito, o reconhecimento da rescisão indireta dos contratos, bem como a caracterização de *truck sistem* e horas extraordinárias.

Razão lhe assiste em parte.

Os direitos e interesses transindividuais passaram a ser objeto de sistematização legislativa a partir da Lei nº 7.347/85 (LACP), perpassando pela Lei nº 8.078/90 (CDC), a qual destacou e conceituou os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneo.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

Peço vênia para transcrever extensa e dilucidativa lição de Hugo Nigro Mazzilli:

“3. Interesses transindividuais e sua tutela coletiva

Situados numa posição intermediária entre o *interesse público* e o *interesse privado*, existem os *interesses transindividuais* (também chamados de interesses coletivos, em sentido lato), os quais são compartilhados por grupos, classes ou categorias de pessoas (como os condôminos de um edifício, os sócios de uma empresa, os membros de uma equipe esportiva, os empregados do mesmo patrão). São interesses que excedem o âmbito estritamente individual, mas não chegam propriamente a constituir interesse público.

Sob o aspecto processual, o que caracteriza os interesses transindividuais, ou de grupo, não é apenas, porém, o fato de serem compartilhados por diversos titulares individuais reunidos pela mesma relação jurídica ou fática, mas, mais do que isso, é a circunstância de que a ordem, jurídica reconhece a necessidade de que o acesso individual dos lesados à Justiça seja substituído por um processo coletivo, que não apenas deve ser apto a evitar decisões contraditórias como ainda deve conduzir a uma solução mais eficiente da lide, porque o processo coletivo é exercido de uma só vez, em proveito de todo o grupo lesado.

Atendendo a essa realidade, e procurando melhor sistematizar a defesa dos interesses transindividuais que já tinha sido iniciada pela LACP, o CDC passou a distingui-los *segundo sua origem*: a) se o que une *interessados determináveis*, com *interesses divisíveis*, é a *origem comum da lesão* (p. ex., os consumidores que adquirem produtos fabricados em série com o mesmo defeito), temos *interesses individuais homogêneos*; b) se o que une *interessados determináveis* é a circunstância de compartilharem a *mesma relação jurídica indivisível* (como os consumidores que se submetem à mesma cláusula ilegal em contrato de adesão), temos *interesses coletivos* em sentido estrito; c) se o que une *interessados indetermináveis* é a *mesma situação de fato*, mas o dano é *individualmente indivisível* (p. ex., os que assistem pela



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

televisão à mesma propaganda enganosa), temos *interesses difusos*.

Há, pois, interesse que envolvem uma categoria *determinável* de pessoas (como os interesses individuais homogêneos e os interesses coletivos); outros, são compartilhados por grupo *indeterminável* de indivíduos ou por grupo cujos integrantes são de difícil ou praticamente impossível determinação (como os interesses difusos).

Todos os interesses de grupos, classes ou categorias de pessoas merecem tutela coletiva para acesso à Justiça, e não apenas tutela individual.

A tutela coletiva caracteriza-se por estes fatores:

a) Na tutela coletiva, estabelece-se uma controvérsia sobre interesses de grupos, classes ou categorias de pessoas (enquanto, nos conflitos coletivos, o objetivo da lide são interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, já, nos conflitos individuais, de regra a controvérsia cinge-se a interesses propriamente individuais);

b) Na tutela coletiva, é freqüente a conflituosidade entre os próprios grupos envolvidos (enquanto, nos conflitos tipicamente individuais, a lide se estabelece entre autor e réu, ainda que agindo isoladamente ou em conjunto com os litisconsortes, já nos conflitos coletivos, temos, não raro, grupos, categorias ou classes de pessoas com pretensões colidentes entre si, como as de um grupo que ao invocar o direito ao meio ambiente sadio, deseje o fechamento de uma fábrica, e as de outro grupo de pessoas que dependam, direta ou indiretamente, da manutenção dos respectivos empregos ou da continuidade da produção industrial, para sua própria subsistência);

c) A defesa judicial coletiva faz-se por meio da legitimação extraordinária (enquanto, nos conflitos individuais, aquele que pede a prestação jurisdicional é, em regra, quem invoca a titularidade do direito a ser defendido, já, nos conflitos coletivos, o autor da ação civil pública ou coletiva defende mais do que o direito próprio à reintegração da situação jurídica violada, pois também e especialmente está a defender interesses individuais alheios, não raro até mesmo divisíveis, os quais são



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

compartilhados por grupo, classe ou categoria de pessoas);

d) Na tutela coletiva, a destinação do produto da indenização normalmente é especial (enquanto, nas ações civis públicas ou coletivas que versem interesses difusos e coletivos, o produto da indenização vai para um fundo fluído, de utilização flexível na reparação do interesse lesado, já nas ações individuais, o produto da indenização destina-se diretamente aos lesados; somente quando da defesa coletiva de interesses individuais homogêneos é que o produto de indenização será repartido entre os integrantes do grupo lesado);

e) Na tutela coletiva, como os co-legitimados ativos para a ação civil pública ou coletiva não são titulares dos interesses transindividuais objetivados na lide, é necessário que a imutabilidade do *decisum* ultrapasse os limites das partes processuais (coisa julgada *erga omnes* ou *ultra partes*). Ao contrário do que ocorre com a coisa julgada nas ações tipicamente individuais (nas quais a imutabilidade do dispositivo fica restrita às partes do processo);

f) Na tutela coletiva, preponderam os princípios de economia processual (enquanto, na tutela coletiva, discute-se numa só ação o direito de todo o grupo, classe ou categoria de pessoas, já, na defesa individual, as ações judiciais dos lesados ficam pulverizadas, o que normalmente enseja julgamentos contraditórios, com grande desprestígio para a administração da Justiça, pois indivíduos em idêntica situação fática e jurídica acabam recebendo soluções díspares; essas incoerências, aliadas às despesas do processo, levam muitos lesados a abandonarem a defesa de seu direito e desistirem do acesso individualmente à jurisdição).

Resta a análise da questão terminológica: qual expressão é mais correta: interesses *transindividuais* ou interesses *metaindividuais*?

Embora, em rigor de formação gramatical, seja preferível utilizarmos da primeira expressão, porque é neologismo formado com prefixo e radical latinos (diversamente da segunda, que, enquanto hibridismo, soma prefixo grego a radical latino), a verdade é que a doutrina e a jurisprudência têm usado indistintamente



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

ambos os termos para referir-se a interesses de grupos, ou a interesses coletivos, em sentido lato". (Mazzilli, Hugo Nigro. A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 45/48)

Ressai do regramento jurídico as seguintes conclusões:

a) nos interesses difusos, o grupo é indeterminável, o objeto que se pretende ver tutelado é indivisível e a sua origem decorre de uma situação de fato; b) nos interesses coletivos o grupo é determinável, o objeto que se pretende ver tutelado é indivisível e a sua origem decorre de uma relação jurídica; c) já nos interesses individuais homogêneos o grupo é determinável, o objeto que se pretende ver tutelado é divisível e a sua origem decorre de situação comum vivenciada pelos integrantes do grupo.

A situação dos presentes autos de processo revela a existência de interesses individuais homogêneos. Portanto, ao tempo da liquidação todos os trabalhadores submetidos a condição de trabalho degradante devem ser indenizados, inclusive o trabalhador Jair Caetano Andrade, o qual residia em baia de madeira na qual eram depositados produtos químicos (fl. 350).

Também deve ser provido o recurso ordinário do autor para declarar que a rescisão dos contratos dos substituídos processuais se deu por justa causa (art. 483, "d", da CLT).

A própria sentença revisanda pronunciou-se no sentido de que "Aos trabalhadores beneficiados com esta decisão, serão devidas as demais verbas decorrentes do reconhecimento de vínculo de emprego, tais como: férias acrescidas de 1/3, gratificação natalina, recolhimento e liberação do FGTS, aviso prévio e entrega das guias do seguro-desemprego". (fls. 397/398).

Ao deferir tais parcelas, por óbvio e ululante, somente poderia ter considerado que a rescisão foi de iniciativa do empregador ou por rescisão indireta. Daí resulta, quer pela primeira quer pela segunda modalidade rescisória, o direito ao pagamento da multa dos depósitos do FGTS, porquanto está contemplada a movimentação da aludida conta em situações tais, nos termos do art. 20 da Lei nº 8.036/90.

Também deve ser provido em parte o recurso ordinário do autor no atinente ao pedido de devolução de descontos ilegalmente realizados a título de alimentação.





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

Isso porque a partir da assinatura do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta em 14.12.2006 (fls. 57/65), restou estabelecida a obrigação de “Não efetuar descontos no salário do empregado, exceto nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei n. 5.889, de 08 de junho de 1973 (20% do salário mínimo pela ocupação da moradia e 25% do salário mínimo pelo fornecimento de alimentação sadia e farta)” - cláusula 2.24.

Logo, todo e qualquer desconto efetuado a partir da aludida assunção de obrigações caracteriza o “truck sistem”, passível de correção por meio de restituição dos quantitativos ao empregado, montante a ser apurado durante a liquidação da sentença.

Não se há falar, contudo, em concessão de antecipação dos efeitos da tutela de mérito.

Consoante mencionado anteriormente, nos interesses individuais homogêneos o grupo dos beneficiários da ação civil pública é determinável, o objeto que se pretende ver tutelado é divisível e a sua origem decorre de situação comum vivenciada pelos integrantes do grupo.

Partindo desses premissas, necessário se faz, durante a liquidação da sentença, além de individualizar os substituídos processuais, quantificar os valores devidos a cada qual a título de verbas salariais, rescisórias e indenizatórias, tanto que a própria sentença revisanda estabeleceu a forma de liquidação por artigos.

Nesse sentido a lição de Patricia Miranda Pizzol:

**“4.3 - Direito ou Interesse Individual Homogêneo - Liquidação por Artigos**

Acreditamos que, nesse caso, conforme já afirmado, a liquidação será sempre por artigos, tendo em vista que haverá sempre fato novo a ser demonstrado e provado, pois o indivíduo terá que comprovar o nexo de causalidade entre o “dano genérico”, a cuja reparação foi condenado o réu na ação condenatória e o prejuízo sofrido por ele individualmente, vez que, sem demonstrar isso, não terá legitimidade para promover a liquidação.

O dispositivo vetado, supramencionado, além de conter o preceito relativo à competência, tratou do problema relativo à modalidade de liquidação que deve ser



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

aplicada na hipótese de tutela de direito individual homogêneo, fixando a modalidade de liquidação cabível - liquidação por artigos.

A liquidação por artigos, em consonância com o art. 608 do CPC, tem lugar na hipótese de a sentença, não contendo em seu bojo a fixação do valor da condenação, requerer, para a determinação deste, alegação de prova de fato novo. Esse tipo de processo de liquidação, de acordo com o Código de Processo Civil, conforme afirmado anteriormente, ao tratarmos da liquidação no processo civil ortodoxo, deve seguir o rito comum (ordinário ou sumário, em conformidade com a ação de conhecimento que originou a sentença liquidanda), sendo vedada a discussão de lide já julgada na sentença, novamente, bem como a modificação da sentença que a julgou". (Liquidação nas Ações Coletivas, São Paulo : LEJUS, 1998, p. 194)

Outro não é o entendimento de Hugo Nigro Mazzilli:

**"1. A liquidação da sentença**

Se a sentença proferida em ação civil pública ou coletiva não determinar o valor da condenação ou não individualizar seu objeto, será preciso promover sua liquidação.

A LACP nada dispõe sobre a liquidação da sentença, enquanto o CDC só o faz no tocante à defesa de interesses individuais homogêneos. Assim, devem ser aplicadas à liquidação da sentença, nas ações civis públicas ou coletivas, as regras do CDC, e supletivamente, as do CPC, quais sejam, em síntese:

- a) em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, devendo fixar a responsabilidade do réu pelos danos causados (alei assim dispõe de forma expressa no tocante à defesa de interesses individuais homogêneos; a regra é de aplicação análoga para a proteção de interesses difusos e coletivos);
- b) quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o liquidante procederá à sua execução, instruindo o pedido com memória discriminada e atualizada do cálculo;
- c) caberá a liquidação por arbitramento quando isso venha a ser determinado pela sentença ou



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

convencionado pelas partes, ou ainda, quando o exigir a natureza do objeto da liquidação (como em caso de danos morais);

d) a liquidação será por artigos quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de provar fatos novos. Na liquidação por artigos, tanto a extensão como as conseqüências do dano serão apuradas, o que significa perquirir a existência do dano, o nexo de causalidade e o *quantum* colimado.

Com a procedência da ação civil pública ou coletiva, o título judicial obtido favorecerá todo o grupo, classe ou categoria de indivíduos lesados.

Assim, tendo em vista a legitimidade concorrente e disjuntiva para a tutela coletiva, se for o caso, qualquer co-legitimado pode e o Ministério Público deve promover a liquidação coletiva da sentença, perante o mesmo juízo do processo de conhecimento, observadas as seguintes peculiaridades:

a) Em se tratando de condenação por danos e interesses *individuais homogêneos*, também a vítima e seus sucessores podem promover a liquidação da sentença na parte que lhes toque; apenas se não o fizerem, é que os co-legitimados à ação civil pública ou coletiva poderão fazê-lo em benefício de todo o grupo;

b) Na condenação por danos a *interesses coletivos* em sentido estrito, a regra anterior também é aplicável;

c) No tocante à sentença condenatória que verse *interesses difusos*, porém, só os co-legitimados à ação civil pública ou coletiva podem promover sua liquidação; o indivíduo poderá requerer a liquidação de sentença nessa hipótese, salvo apenas se, como cidadão detiver legitimidade para propor ação popular com o mesmo objeto.

No processo de liquidação de sentença que tenha reconhecido danos a interesses individuais homogêneos, deverá ser provado que as vítimas ou sucessores *sofreram* efetivamente os danos por cuja responsabilidade foi a ré condenada no processo de conhecimento. Como, para isso, haverá necessidade de alegar e provar fato novo (p. ex., danos emergentes e lucros cessantes), aqui a liquidação será necessariamente por artigos". (A Defesa dos Interesses



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

Difusos em Juízo. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 442/443)

Portanto, no momento em que o autor da ação, detentor de um título executivo extrajudicial, dele abriu mão para ajuizar uma Ação Civil Pública, objetivando um comando jurisdicional declaratório e condenatório similar àquele que detinha, deverá perpassar por todas as fases inerentes a tal procedimento, não se podendo cogitar de antecipação dos efeitos da tutela de mérito quando a condenação é genérica, a exigir a individualização dos beneficiários e quantificação dos valores devidos a cada qual, sob pena de violar expressa disposição legal de tornar irreversível o provimento antecipado (art. 273, II, § 2º, do CPC).

Assim, provejo parcialmente o recurso ordinário do autor da ação para declarar que os efeitos da sentença devem se projetar em favor de todos os trabalhadores submetidos a condição de trabalho degradante, bem assim que a rescisão contratual se deu por culpa da requerida, sendo devidas todas as parcelas decorrentes desta modalidade de extinção das obrigações contratuais, inclusive a multa do FGTS (Lei nº 8.036/90) e que descontos salariais efetuados com infringência à cláusula 2.24 do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, a partir de 14.12.2006, deverão ser restituídos, tudo conforme se apurar em normal liquidação da sentença.

Dou parcial provimento.

Uma das pretensões do autor da ação, o Ministério Público do Trabalho, é ver reformada a sentença no atinente ao indeferimento de horas extras, espécie de lesão individual, a exigir meio processual específico para tal finalidade.

O juízo de instância primeira indeferiu o pedido de horas extras e consectários legais ao fundamento de inexistir prova acerca de controle de jornada.

O Ministério Público do Trabalho insurge-se contra a sentença. Pretende ver reformada a decisão revisanda para ver deferidas as horas extras postuladas.

Razão não lhe assiste.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

Tal pretensão enquadra-se como defesa de interesses individuais homogêneos, na medida em que possui a mesa matriz factual para todos os sujeitos materiais da relação processual.

Contudo, a prova produzida ao longo da instrução processual dá conta de que os trabalhos realizados não estavam suscetíveis a fiscalização de horário por parte da requerida, até pelo fato de serem realizados em retiros dentro da propriedade rural distantes da sede.

Assim, aplica-se a regra do art. 62, I, da CLT, razão pela qual a sentença deve ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

Por essas razões, no particular, nego provimento ao recurso.

**RECURSO DE AMBAS AS PARTES**

**VALOR DO DANO MORAL INDIVIDUAL E COLETIVO**

O Juízo de instância primeira condenou a reclamada ao pagamento de danos morais individuais no importe de R\$ 5.000,00 para cada um dos substituídos, bem assim dano moral coletivo de R\$ 50.000,00.

Ambas as partes se irressignam contra o comando jurisdicional. O autor da ação pugna pela majoração dos valores de sorte a alçar o dano moral individual a R\$ 20.000,00 e o coletivo a R\$ 350.000,00. Já a requerida pugna pela absolvição da condenação que lhe fora imposta.

O compulsar dos autos revela o descumprimento de um feixe de obrigações elementares à dignidade da pessoa humana, mormente daquele que despende sua força de trabalho em benefício do empregador, ferindo, de forma contundente, o princípio do solidarismo constitucional, em especial os preceitos elevados à condição de cláusula pétrea, forjados no art. 1º, III e IV; art. 5º, caput; e art. 6º, caput, todos da Constituição da República.

Todo o acervo probatório corrobora a descrição das irregularidades, merecendo relevo a demonstração inequívoca de inexistência de qualquer observância aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, em especial as regras insertas na NR 31 do Ministério do Trabalho e Emprego.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

O dano moral encontra assento legal no art. 5º, V e X, da CRFB, assim como no art. 186 do Código Civil de 2002.

Ainda, sob a ótica do direito infraconstitucional, a Lei nº 7.347/85 (LACP), no art. 1º, referenda a indenização decorrente do dano moral e patrimonial causado nas situações previstas no elenco do seus incisos.

A Lei nº 8.078/90 (CDC), no seu art. 6º, VI e VII, faz referência à prevenção e à reparação a danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos, o mesmo constando da Lei nº 8.069/90 (ECA), nos arts. 3º, 5º, 17, 201.

As normas protetivas à dignidade da pessoa humana, dos direitos e garantias fundamentais do cidadão e da relação de trabalho, receberam realce constitucional e são, portanto, indelévels, estando a exigir a observância de todos os mecanismos previstos no instrumental jurídico relativos à prevenção e reparação pelos danos eventualmente havidos.

Quando ocorrido o dano a tais direitos e garantias, a reparação deve se dar em planos igualmente diferenciados, merecendo referência a lição de Raimundo Simão de Melo, verbis:

“As formas de reparação do dano moral no Direito do Trabalho, conforme a ofensa e as circunstâncias do caso, podem ser: a) indenização/compensação em pecúnia; b) prestação de serviços alternativos à sociedade; c) atestatória; e d) publicação em jornal de circulação, pelo empregador, de aviso ou nota esclarecendo que o empregado não praticou qualquer ato ilícito, como lhe havia sido imputado. Quanto ao dano moral coletivo, é preciso, apenas, fazer-se algumas adaptações por conta das peculiaridades inerentes no caso concreto.

A melhor forma de reparação do dano ambiental será sempre in natura, o que especialmente no caso de dano moral coletivo decorrente de lesão ao meio ambiente é praticamente impossível, partindo-se, por isso, para a indenização em pecúnia. Essa tem por finalidade punir exemplarmente o ofensor para que não volte mais a praticar atos de tal natureza e, chamar a atenção de





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9

potenciais ofensores para que não venham a praticar tais atos prejudiciais à(s) vítima(s) e à sociedade, como ocorre com o dano moral coletivo, visando, também compensar a(s) vítima(s), mediante alguma sensação de euforia capaz de amenizar a dor, angústia ou sentimento decorrente do dano moral. Sua natureza é tríplice: pune, propicia alguma satisfação à vítima e ensina o ofensor a não mais praticar atos lesivos aos direitos de outrem. Mas há casos em que a simples indenização pecuniária é insuficiente para reparar completamente os efeitos do dano, podendo o Juiz cumulá-la com outras formas de reparação, como por exemplo, com a prestação de serviços à comunidade”. (Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético - São Paulo: LTr, 2004, págs. 355/356)

E como exemplar deve ser a condenação ante a gravidade e extensão aos bens jurídicos lesados, na fixação do montante indenizável, aplica-se, ao presente caso, a teoria do desestímulo, sobre a qual Rui Stoco ensina:

“Os valores ditos morais situam-se em outra menção, irreflexíveis no patrimônio objetivo da pessoa.

**Por essa razão o dano moral “não se avalia mediante cálculo matemático-econômico das repercussões patrimoniais negativas da violação como se tem feito às vezes - porque tal cálculo já seria a busca exatamente do minus ou do detrimento patrimonial, ainda que por aproximativa estimação. E tudo isso já está previsto na esfera obrigacional da indenização por dano propriamente dito” (cf. Walter Moraes, TJSP, RT 650/66).**

Sérgio Pinheiro Marçal, do “Pinheiro Neto - Advogados”, em excelente e interessante artigo publicado no Boletim do 3º RTD, de São Paulo (setembro/97, n. 126), afirma que “o que temos visto, hoje, é uma rápida mudança de um sistema que amparava a quase irresponsabilidade por danos morais para um sistema que perigosamente vem procurando se aproximar dos padrões norte-americanos dos punitive damages. Essa mudança se deve não às previsões legais feitas pela Constituição



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

Federal e pelo Código de Defesa do Consumidor, mas sim a alguns julgados que vêm tentando consolidar na jurisprudência a chamada “teoria do valor do desestímulo”.

E esclarece que, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos com os punitive damages, busca-se fixar uma indenização por danos morais que desestimule o autor dos danos e outros a agir da mesma forma lesiva em outra oportunidade.

Além de postar-se em desacordo com a teoria que, segundo seu posicionamento, busca apenas “a condenação com o objetivo puro de punir o agente causador do dano e dar exemplo à sociedade”, sustenta que essa teoria foi arduamente defendida pelo saudoso jurista Carlos Alberto Bittar.

Sem dúvida, não há como discordar ou deixar de aderir às preocupações manifestadas pelo ilustre autor do artigo citado, que se mostram atuais até os dias de hoje. A busca de indenizações milionárias e a utilização do instituto da responsabilidade civil como fonte de enriquecimento devem ser combatidas e veementemente repelidas.

Mas cabem alguns reparos.

O primeiro está em que a “teoria do valor do desestímulo” não tem apenas o sentido e a dimensão que se buscou emprestar-lhe.

Nem mesmo pode ser repudiada se adequadamente aplicada, em associação com outros critérios que o caso concreto exigir.

Também não se identifica à perfeição com os padrões americanos do punitive damages.

O objetivo maior do denominado punitive ou exemplary damage é que sua imposição sirva de exemplo não somente para o causador do dano, senão também para prevenir, na sua advertência, a ocorrência de casos futuros (Louisville, R. Co. Vs. Ritchel, 148 KY 701, 147 SE 411, dentre outros).

Portanto, a diferença básica não está na composição do dano como mera punição, mas, e principalmente, no sistema de estabelecimento do quantum da indenização por dano moral”. (Tratado de Responsabilidade Civil - 6ª



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

ed. revv., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004, págs. 1706/1707).

Dessa forma, observadas as circunstâncias que envolvem o caso presente, a comprovação inequívoca de infringência das disposições legais que regem a relação jurídica de emprego, bem assim os ajustes inobservados pelas partes, a extensão da propriedade rural demonstrada nas escrituras de venda e compra coligidas aos autos (fls. 318/329), entendo que os valores fixados pelo juízo de instância primeira atendem as diretrizes acima mencionadas (R\$ 5.000,00 para dano moral individual e R\$ 50.000,00 para o dano moral coletivo), razão pela qual nego provimento a ambos os recursos no particular.

Nego provimento.

### CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço dos recursos ordinários e das contra-razões. No mérito, dou-lhes parcial provimento, declaro que os efeitos da sentença devem se projetar em favor de todos os trabalhadores submetidos a condição de trabalho degradante, bem assim que a rescisão contratual se deu por culpa da requerida, o que torna devidas todas as parcelas decorrentes desta modalidade de extinção das obrigações contratuais, inclusive a multa do FGTS (Lei 8.036/90) e que descontos salariais efetuados com infringência à cláusula 2.24 do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta deverão ser restituídos, tudo conforme se apurar em normal liquidação da sentença. No tocante ao recurso ordinário da requerida provejo-o tão-somente para declarar que os efeitos da relação jurídica de emprego são exigíveis a partir de 14.12.2006, quando a requerida obrigou-se a não mais contratar trabalhadores na qualidade de empreiteiros para executar serviços de roçada, nos termos da fundamentação supra. Majoro o valor da condenação para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sobre o qual incidirão custas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a cargo da requerida.

### ISSO POSTO:

**DECIDIU** a 1ª Turma de Julgamento do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Terceira Região, por unanimidade,

29

Fonte: DJE/TRT 23ªR nº 0483 / 2008 de 09/06/2008

Data de Publicação, conforme Art. 4º, § 3º da Lei 11.419/2006: 10/06/2008



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

**TRT - RO - 00049.2007.046.23.00-9**

conhecer dos recursos ordinários e das contra-razões. No mérito, por maioria, dar-lhes parcial provimento, para declarar que os efeitos da sentença devem se projetar em favor de todos os trabalhadores submetidos a condição de trabalho degradante, bem assim que a rescisão contratual se deu por culpa da requerida, o que torna devidas todas as parcelas decorrentes desta modalidade de extinção das obrigações contratuais, inclusive a multa do FGTS (Lei 8.036/90), e que os descontos salariais efetuados deverão ser restituídos, tudo conforme se apurar em normal liquidação da sentença. Decidiu, ainda, prover o recurso ordinário da requerida tão-somente para declarar que os efeitos da relação jurídica de emprego são exigíveis a partir de 14.12.2006, quando a reclamada obrigou-se a não mais contratar trabalhadores na qualidade de empreiteiros para executar serviços de roçada, nos termos do voto do Juiz Relator, vencido o Desembargador Roberto Benatar, que extinguiu o feito sem resolução de mérito, o qual juntará declaração de voto. O valor da condenação é majorado para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sobre o qual incidirão custas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a cargo da requerida.

Cuiabá-MT, terça-feira, 3 de junho de 2008.

**PAULO BRESCOVICI**  
**Juiz Relator**